

Portal da CSB

CNPL protocola Ação Direta de Inconstitucionalidade contra lei que extingue profissão de técnico em contabilidade

Documento foi ajuizado no Supremo Tribunal Federal e será analisado pela ministra Rosa Weber

No dia 27 de maio, a Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) impetrou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal contra as modificações do Decreto-Lei 9295/46, cujo Art.12 determina que somente os bacharéis em Ciências Contábeis poderão exercer a profissão e se registrarem no Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A redação do texto é dada pela Lei nº 12.249, de 2010.

Luiz Sergio da Rosa Lopes, vice-presidente da CSB e da CNPL, encabeçou a ação, que será analisada pela ministra do STF Rosa Weber. Segundo o dirigente, extinguir a profissão de técnico em contabilidade fere um direito constitucional.

“A mudança vai cercear o acesso das pessoas ao exercício de uma profissão que está normalmente legalizada no País e funcionando. Essa ADI pede à Rosa Weber que dê parecer favorável e emita uma liminar que suspenda a eficácia das modificações do Decreto-Lei”, explicou.

O vice-presidente afirmou ainda que é inadmissível a inclusão de emendas numa Medida Provisória que nada tenham a ver com o real propósito da MP. Luiz Sergio Lopes questiona a inclusão do texto do artigo 12 na Medida Provisória nº 472/09, que deu origem à Lei nº 12.249/10.

“Nessa MP, foram feitas várias inserções, inclusive a questão dos contabilistas, que não tem a ver com o assunto da Medida. Não se podem colocar penduricalhos que não tenham afinidades com a proposta original da MP. O STF já considerou isso ilegal em outra análise”, criticou.

A direção da CNPL está otimista com uma decisão favorável do STF. “Esperamos celeridade nesse processo, porque se trata de uma distinção de profissão, e isso é um absurdo. Além disso, o Conselho Federal de Contabilidade é o órgão que existe para defender as funções dos contadores, dos contabilistas, e não pode agir contra a categoria como vem fazendo”, contestou Luiz Sergio Lopes.

Agência Brasil, 09/06/14 – (Tarde)

Secretaria de Transportes demite 60 metroviários em São Paulo

Marli Moreira – Repórter da Agência Brasil Edição: Denise Griesinger

Um dia após a Justiça ter considerado abusiva a greve dos metroviários, a Secretaria dos Transportes Metropolitanos iniciou processo de demissão por justa causa sob o amparo da lei. De acordo com a assessoria da secretaria, 60 cartas já foram remetidas. O critério de afastamento considerou inicialmente os servidores flagrados em ações de vandalismo ou de incentivo para que usuários pulassem as catracas.

O sindicato dos metroviários fará outra assembleia para decidir os rumos do movimento hoje (9) às 13h. Segundo a assessoria da entidade até as 9h nenhum comunicado sobre as demissões havia sido recebido pelos sindicalistas.

Para o secretário, o movimento tem caráter político e o governo prepara um plano de contingência para evitar problemas na próxima quinta-feira (12), dia de abertura dos jogos da Copa do Mundo, na Arena Corinthians, o Itaquerão, na zona leste. Muitos torcedores e os próprios trabalhadores desse estádio vão depender de trens do metrô para se deslocarem até o local.

Uma das opções será usar o expresso da Companhia Paulista dos Trens Metropolitanos (CPTM), saindo da Estação da Luz, mas para chegar a este local muitos usuários precisam do metrô. Nesse quinto de greve, três das cinco linhas do metrô operam parcialmente: na Linha 1-Azul, do Paraíso até a Estação Luz; na Linha 2-Verde a circulação começou do Paraíso até Clínicas, mas por volta das 10h já operava em mais duas estações - a do Sumaré e da Vila Madalena; na Linha 3-Vermelha da Bresser até a Santa Cecília. Na Linha 4-Amarela, administrada pelo setor privado, o funcionamento é normal bem como na Linha 5-Lilás, em Santo Amaro.

Diariamente cerca de 4,6 milhões de pessoas utilizam o Metrô. A São Paulo Transportes (SPTrans), informa que 100% da frota dos 15 mil ônibus estão nas ruas numa tentativa de compensar a demanda. Segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), o trânsito continua mais lento que o normal, e às 9h tinha 174 quilômetros (km) de lentidão na área do centro expandido, filas que cresceram para 182km às 9h30 e caíram para 173km às 10h.

Agência Brasil, 10/06/14

Termina sem acordo reunião entre empresa e metroviários de São Paulo

Bruno Bocchini - Repórter da Agência Brasil Edição: Luana Lourenço

Terminou sem acordo a reunião entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e os metroviários realizada na tarde de hoje (9) na Delegacia Regional do Trabalho. O secretário dos Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes, considera inaceitável a readmissão dos metroviários demitidos.

"Não houve acordo. É inadmissível a volta dos 42 demitidos. Não houve acordo e não haverá readmissão em hipótese alguma", disse, após se reunir com os trabalhadores.

A readmissão dos empregados demitidos é uma das reivindicações dos metroviários para o encerramento da greve. Em nova assembleia, a categoria irá definir o futuro do movimento. "Há uma tendência de defender os companheiros. Há a tendência de a greve continuar", disse o representante dos metroviários, Altino Prazeres.

De acordo com ele, o presidente do Metrô, Luiz Antonio Pacheco, chegou a aceitar, durante a reunião, a readmissão de todos os demitidos, exceto dois deles. "Quando foi consultar o governador Geraldo Alckmin, a resposta final dele foi negativa", disse.

De acordo com o secretário Jurandir Fernandes, o metrô já está operando com cerca de 70% da sua capacidade.

Agência Brasil, 09/06/14 – 21h45

Metroviários de SP decidem suspender greve até quarta-feira

Bruno Bocchini - Repórter da Agência Brasil Edição: Luana Lourenço

Os metroviários de São Paulo, em greve desde a última quinta-feira, decidiram suspender a paralisação por dois dias. Eles vão retornar imediatamente ao trabalho, mas marcaram nova assembleia para quarta-feira (11), véspera da abertura da Copa do Mundo. A categoria reivindica, entre outras coisas, a readmissão de 42 trabalhadores demitidos hoje (9) pelo Metrô.

Mais cedo, o superintendente regional do Trabalho e Emprego em São Paulo, Luiz Antonio Medeiros, disse que faltou pouco para que fosse fechado um acordo entre a Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô) e os trabalhadores em greve há cinco dias. A readmissão de 42 metroviários demitidos chegou a ser parcialmente aceita pelo Metrô mas, em seguida, foi recusada pelo Palácio dos Bandeirantes.

"Estranhamente nós tínhamos recebido um sinal verde [do secretário da Casa Civil, Edson Aparecido] para resolver isso, e discutimos exaustivamente. O presidente do Metrô [Luiz Antonio Carvalho Pacheco] concordou, exceto com duas pessoas, que não seriam readmitidas. Acharmos que o acordo estava feito, mas quando foi consultar, o Palácio [dos Bandeirantes] disse não".

"E nós ficamos aí três horas conversando com o Edson Aparecido o tempo todinho e, para decepção geral, o palácio não fez nenhum gesto", acrescentou Medeiros.

Presidentes de centrais sindicais, o presidente do Metrô, o secretário dos Transportes Metropolitanos, Jurandir Fernandes, o presidente do sindicato dos metroviários, Altino Prazeres, e Medeiros se reuniram na Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo para tentar um acordo.

Jornal do Brasil, 10/06/14

Sem acordo coletivo, metroviários do Rio ameaçam parar

*Gisele Motta **

O site do Sindicato dos Metroviários do Estado do Rio de Janeiro (Simerj) publica uma carta aberta anunciando a possibilidade de greve: "O Metrô pode parar". Nesta segunda e terça-feira acontecem reuniões entre o Simerj e o Metrô Rio. Amanhã, às 18h, será realizada uma assembleia para discutir a possível paralisação. ---

Na carta aberta, os metroviários expõem os motivos para paralisação. "O Metrô Rio cobra a passagem mais cara do país, desde a privatização em 1998, a passagem subiu de R\$ 0,35 para R\$ 3,50, uma alta de 1000%, bem mais que a inflação no período, que foi de 347%. O Metrô Rio paga o menor salário do Brasil para metroviários".

Segundo Heber Fernandes, presidente do sindicato, as negociações estão se arrastando desde abril, para fechar o acordo coletivo anual. "A ideia é que se comece a negociar antes da data base, que para nós é dia 1 de maio, ainda mais num ano atípico como esse, de Copa do Mundo. Deveria ser do maior interesse da empresa a negociação para não chegar nas vésperas de evento assim, com a possibilidade de greve. Sabemos que pode ser um transtorno, mas foi a empresa que não negociou. Ano passado nós só fechamos o acordo em julho. Em geral ela empurra o fechamento desse acordo e está acontecendo novamente", completa.

Na carta aberta, eles afirmam: "O transporte público, assim como educação e saúde não é para dar lucro, mas, apesar disso, a empresa que opera obtém um lucro anual milionário, em função do arrocho salarial e da passagem mais cara do Brasil". Para Heber, a maior dificuldade nas negociações sempre são os fatores econômicos.

"Eles sempre alegam que não tiveram uma receita condizente com o que pedimos de aumento. A empresa diz que não teve reajuste em junho porque ocorreram as manifestações. Mas o que eles não falam é que tiveram passagens subsidiadas, acordos com o estado que permitem abatimentos. A população que não acompanha de perto não sabe dessas coisas", completa.

Os metroviários pedem aumento de 15%, além do reajuste da inflação e o mesmo percentual de aumento para a cesta básica e o tíquete-alimentação. Os metroviários também reclamam de outras situações: eles querem maior participação nos lucros da empresa e cesta básica sem restrições. Segundo Heber, a cesta básica, por exemplo, é concedida a todos, mas quando acontece algum atraso ou falta, ela é suprimida. "Fica um clima de tensão. Você sai correndo pela rua para não chegar dois minutos atrasado, deixa de levar seu filho no médico para não perder o benefício", lamenta Heber. Sobre a participação nos lucros ele diz: "A participação nos lucros para os grandes (os diretores) é grande, e para nós é pequena. Queremos algo mais justo", completa.

O Metrô Rio foi questionado sobre os atrasos no fechamento dos acordos coletivos, mas não quis comentar. Informou somente que está em negociação com os metroviários.

*Do programa de Estágio do JB

Portal da CTB, 09/06

Greve da Brafer termina com vitória dos metalúrgicos do RJ

Foi aprovado há poucos minutos o fim da vitoriosa greve dos trabalhadores da metalúrgica Brafer, no Rio de Janeiro.

A PLR que era de R\$ 3.000 passou para R\$ 5.000 com R\$ 4.000 de antecipação. Houve também a conquista do reajuste de R\$ 50,00 no Cartão alimentação (que passou para R\$ 350,00), de um abono de R\$ 350,00 no Natal. Os cinco dias de greve também foram abonados.

A greve teve início no dia 02 por divergências relacionadas ao pagamento do PLR. Após muita luta da categoria, com apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, os trabalhadores conquistaram essa importante vitória.

Fonte: Sindmetal Rio

Portal da CUT

Vigilantes lutam por piso salarial nacional

09/06/2014

Valores pagos no País variam de R\$800 a R\$1800; reivindicação dos trabalhadores é de 3 mil reais, com base em cálculos do Dieese

Escrito por: Henri Chevalier - CUT Nacional

Após uma luta de 17 anos para conquistar 30% de adicional periculosidade, os Vigilantes e Prestadores de Serviço entram agora em uma batalha pelo piso nacional da categoria. O valor reivindicado pelos trabalhadores, de R\$3000, será apresentado pela Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviço (CNTV-PS) em Audiência Pública nesta terça (10), em Brasília, como substitutivo ao Projeto de Lei 4238/12, que estipula três faixas salariais, de R\$800, R\$950 e R\$1100, de acordo com o grau de risco na atuação do vigilante.

"Para nós, não há faixas específicas de perigo. Todos os trabalhadores correm risco de vida e sofrem pressões internas e externas que impactam na saúde. Os trabalhadores morrem em qualquer lugar, seja em uma escolinha infantil, em um banco ou em um carro-forte", afirma José Boaventura Santos, presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes e Prestadores de Serviço (CNTV-PS). Para ele, a periculosidade é a mesma e o salário base deve ser unificado nacionalmente. Hoje, há uma disparidade entre os valores pagos no País: variam de R\$800 em Alagoas e Bahia a R\$1800, em Brasília.

Para Roberto Miguel de Oliveira, secretário de Relações Intersindiciais da CNTV-PS e membro da executiva nacional da CUT, o reconhecimento da periculosidade da profissão foi fundamental para o avanço na busca de outras pautas. "A CUT teve papel importante junto aos vigilantes na conquista dos 30% de periculosidade. E o reconhecimento de que a atividade é de risco foi fundamental para construir políticas públicas de proteção e dar um passo a mais na luta da categoria", lembra.

Piso Nacional da categoria

Aprovado no Congresso Nacional de Vigilantes, em 2013, o salário foi estipulado com base em informações sobre salário mínimo fornecidas pelo Dieese, afirma Boaventura. O valor ainda teria um acréscimo pelo desgaste físico e mental decorrente da relação com clientes, funcionários, e do risco de violência a que os trabalhadores estão sujeitos.

Segundo pesquisa realizada em 2014 pela Contraf e CNTV-PS, por exemplo, houve um crescimento de 14% nas mortes relacionadas a bancos em relação ao ano de 2012. As principais ocorrências (49%) foram a "sadinha de banco", que provocou 32 mortes e o assalto a

correspondentes bancários (22%). As maiores vítimas (55%) foram os clientes, seguidos de vigilantes (10%), transeuntes (5%) e policiais (7%).

“Para os bancos, o problema de segurança bancária é de segurança pública, não deles. Mas o problema começa dentro dos bancos. É lá que começa a observação da potencial vítima. Essa pesquisa feita em parceria com a Contraf também nos diz que os bancos investem apenas 5% do seu lucro em segurança. É pouco.”, destaca Boaventura. O piso entrará em debate na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, que realiza audiência pública nesta terça-feira (10), às 15h, na Câmara. Estarão presentes a Contraf, a CNTV-PS e sindicatos patronais como a Febraban.

Outras lutas, outros avanços

O presidente da CNTV-PS lembra, ainda, que cerca de 50 mil trabalhadores serão contratados para a Copa do Mundo, resultado de pressão da categoria juntamente com a CUT.

“Desde 2010, após a copa da África do Sul, tivemos uma queda de braço com a Polícia Militar para garantir a segurança. Se a entidade, no caso a FIFA, é privada, os trabalhadores devem ser privados. Teremos cerca de 20 mil trabalhadores nos estádios e 30 mil no entorno, centros de treinamento, trajeto de futebolistas”, aponta. Um acordo com Ministério do Trabalho garantiu direitos dos trabalhadores vigilantes durante os jogos no Brasil.

“Depois de uma série de discussões com a FIFA, a categoria garantiu reconhecimento dos profissionais, direitos trabalhistas e também direitos dos sindicatos fiscalizar os trabalhadores, junto com representantes do Ministério do Trabalho”, destaca Boaventura.

Os salários são discutidos com os estados a partir de um protocolo com normas reguladoras, aprovado pelo MTE em maio. “É importante destacar que os vigilantes não são quaisquer pessoas. São profissionais cadastrados biometricamente junto à Polícia Federal, com cursos obrigatórios de 200 horas e complementares, ficha limpa e treinamento específico”, finaliza o dirigente.

Portal Mundo Sindical

Sindicato de Uberaba denuncia práticas abusivas dentro de bancos

O Sindicato dos Bancários ofereceu denúncia contra o Banco Bradesco, na tarde de ontem (6), junto ao Procon. No documento emitido pela diretoria do Sindicato e direcionado à imprensa, a instituição está impedindo o acesso de clientes e usuários através dos canais de atendimento convencional. De acordo com o documento, os diretores presenciaram a prática que limita a entrada de clientes na agência.

A ação é realizada pelos próprios bancários que ficam na porta restringindo a entrada e direcionando os usuários aos caixas eletrônicos, correspondentes bancários e lotéricas. “Este procedimento é ilegal, pois fere a Lei Municipal 10.304/07 e a resolução 3694/2009 do Banco Central. De acordo com o Banco Central, baseado nos critérios de confiança e segurança, é o cliente ou usuário que deve decidir onde quer ser atendido”, relatou o diretor do Sindicato dos Bancários, Julimar Antunes.

Antunes aponta ainda que foi iniciada uma campanha de conscientização dos clientes para que abusos sejam denunciados ao Procon. “os bancos usam a prática para diminuir o atraso nos atendimentos e a quantidade de bancários necessários ao atendimento. A solução correta, no entanto, seria a contratação de mais bancários para atender bem a todos os usuários e clientes. Somente nos primeiros três meses do ano, o Bradesco lucrou R\$ 3,47 bilhões. E, mesmo assim, cortou 944 empregos no mesmo período”, ressaltou Antunes.

Fonte: Jornal de Uberaba - 09/06/2014

Portal Mundo Sindical

Em Curitiba, Sindimoc faz fiscalização para evitar dupla função de motoristas

A última sexta-feira (6) começou tumultuada para quem utiliza o transporte público de Curitiba, já que 158 ônibus das linhas convencionais, nas quais os motoristas também são responsáveis pela cobrança da passagem, não circularam. Desde as 6h, funcionários do Sindicato de Motoristas e Cobradores de ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc) fazem uma ação para proibir que os motoristas, enquadrados na dupla função, saiam das garagens.

A lei que impede a dupla função de motoristas foi aprovada em março de 2013. Mesmo depois de sancionada, algumas empresas concessionárias do transporte público ainda permitem que motoristas cobrem a passagem da usuário. Conforme o sindicato, serão liberados das garagens somente os veículos que tiverem de acordo com a lei, ou seja, com motorista e cobrador. De acordo com o presidente do Sindimoc, Anderson Teixeira, a dificuldade dos motoristas em exercer as duas funções faz com que as viagens atrasem.

Por conta disso, várias linhas foram prejudicadas e sofrem atrasos. De acordo com a Urbanização de Curitiba (Urbs), responsável pela gestão do transporte público da cidade, o Centro

de Controle Operacional atua para minimizar os transtornos causados, alterando trajetos de outras linhas e acionando fiscais volantes em toda a cidade.

A Urbs, empresa que gerencia o transporte coletivo em Curitiba, disse que a ação do sindicato não foi comunicada à empresa e que, por isso, vai notificar o Ministério Público do Paraná (MP-PR) e tomar todas as providências necessárias para preservar o direito do usuário.

A empresa disse ainda que entrou com um recurso na Justiça para que os motoristas parem o ônibus para fazer a cobrança da passagem e, assim, cumprir a lei. O pedido não foi concedido, e a empresa teve um prazo para apresentar uma nova solução. O prazo ainda não terminou, conforme a Urbs.

Já o Sindicato das Empresas de Transporte Urbano e Metropolitano de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana (Setransp), por meio de nota oficial, lamentou que mais uma vez a população seja prejudicada. O sindicato afirmou ainda considerar a ação dos representantes dos trabalhadores descabida uma vez que a questão é discutida judicialmente e porque ainda correr o prazo para as empresas se adaptarem ao fim da dupla função.

Fonte: G1 - 09/06/2014

Fundação Perseu Abramo

Combate à desigualdade de renda: valorização do salário mínimo

No dia 15 de abril, o governo federal enviou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ao Congresso Nacional com a estimativa do valor do salário mínimo (SM) de R\$ 779,79, a vigorar em 2015. Essa medida faz parte da política de valorização do SM, cujo mecanismo atual previsto na Lei 12.382/2011, tem vigência estabelecida até a data do próximo aumento, em 1º de janeiro de 2015, ainda que a política de valorização esteja prevista para seguir até 2023.

Segundo a Nota Técnica 136 do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese), desde o final de 2004, o poder de compra do SM se elevou em 68%, descontando-se a inflação. Os reajustes e aumentos do SM passaram a servir de referência para negociações coletivas, embora a tendência tenha sido de que salários maiores do que o mínimo tenham sido majorados em percentuais menores do que o percentual de aumento do SM, o que favoreceu uma redução da amplitude salarial. Ao alcançar inclusive os trabalhadores de empresas terceirizadas, o SM incide sobre os trabalhadores mais pobres vinculados à esfera capitalista de produção, ainda que fora das negociações coletivas. A influência do SM não se restringe aos trabalhadores assalariados com carteira assinada, mas também atinge os rendimentos de assalariados sem carteira e, em menor medida, dos autônomos. A elevação do SM também aumentou o valor real dos pisos dos benefícios da Seguridade Social, o que beneficia outros segmentos populacionais. Segundo o estudo, a combinação de programas sociais, proteção social e a política de valorização do SM compõem uma frente de combate à pobreza e à desigualdade. O processo de elevação do valor do SM, simultâneo à melhoria no mercado de trabalho resultou em diminuição das desigualdades de renda. Porém, apesar da queda expressiva na desigualdade, ela persiste extremamente aguda: segundo o estudo, o Brasil ainda ocupa a 121ª posição em uma lista de 133 países, do menos desigual para o mais desigual.

Segundo o estudo do Dieese (2014), não se pode imputar a inflação apenas à política do SM, porém, na medida em que a remuneração do trabalho é o custo mais importante em várias atividades do setor de serviços, ocorre uma pressão nos indicadores de inflação, que significa uma mudança de preços relativos, segundo o estudo, com a valorização da força de trabalho.

O valor do SM ainda seria insuficiente para atender às necessidades constitucionais dos trabalhadores, segundo o estudo, e, por isso, a elevação do SM deveria continuar após 2015. Essa política também seria importante para a redução da desigualdade e para o alargamento do mercado consumidor interno. Além disso, a defasagem de um ano para a tradução do crescimento do PIB no aumento real do SM como previsto na lei atual (i.e., o aumento do salário em 2015 depende do crescimento do PIB em 2013) faz com que a política tenha efeitos contracíclicos, o que seria extremamente positivo.

Portal do MST, 09/06/14

Cerca de 1200 famílias do MST ocupam duas fazendas no sudeste paraense

Por Márcio Zonta - Da Página do MST

Cerca de 1200 famílias organizadas pelo MST no Pará ocuparam a fazenda Santa Tereza, do empresário Rafael Saldanha, e a Fazenda Cosipar, na tarde deste domingo (8), em Marabá.

O Movimento alega que ambas as áreas são terras públicas e improdutivas, além de incidirem de maneira proibida contra os castanhais da região.

Na fazenda Cosipar existe apenas plantação de eucalipto. Já a fazenda da família Saldanha, criação de gado.

No momento as famílias organizam os tradicionais barracos. Nesta segunda-feira (9), uma comissão de negociação do acampamento irá até o Incra de Marabá para pressionar o órgão para elaborar um laudo sobre as áreas.

"A lei é clara: terra improdutiva, grilada, com crime ambiental, tem que ser destinada para Reforma Agrária, por isso os trabalhadores ocuparam essas terras", resumiu Tito Moura, da coordenação nacional do MST.

O acampamento foi batizado com o nome do ex-presidente da Venezuela, Hugo Chavez.

Agência Brasil, 09/06/14

Sem-terra ocupam duas fazendas em Marabá, no Pará

Alex Rodrigues - Repórter da Agência Brasil Edição: Denise Griesinger

Sem-terra ocuparam, neste domingo (8), duas fazendas de Marabá, na região sul do Pará. Ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os ocupantes pedem que as duas áreas sejam desapropriadas pelo Estado e incluídas no programa de reforma agrária.

Segundo o MST, as fazendas Santa Tereza e Cosipar estão em áreas públicas e podem ser classificadas como improdutivas. Isso porque, de acordo com o movimento, na Santa Tereza cria-se apenas gado. Já na Cosipar, sustenta o MST, só há plantação de eucalipto – o que a organização de sem-terra afirma que fere a legislação ambiental.

Já o superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Marabá, Eudério de Macedo Coelho, afirmou à *Agência Brasil* que as duas propriedades estão devidamente regularizadas e não têm problemas ambientais.

"Inspecionamos as duas áreas recentemente e verificamos que elas não têm problemas", disse o superintendente. Coelho já recebeu os advogados dos proprietários da Santa Tereza e, às 16h se reúne com representantes do movimento.

Nenhum servidor do Incra esteve nas fazendas após a ocupação. Mesmo assim, Coelho revelou que os representantes jurídicos da Santa Tereza denunciaram que os ocupantes derrubaram pontes de acesso à propriedade, cortaram cercas de arame e expulsaram empregados. O superintendente garante que pedirá aos sem-terra que desocupem a área.

"Pela lei em vigor, o Incra não pode vistoriar áreas ocupadas. Por isso, vamos pedir que eles deixem as duas fazendas. Eles saindo, vamos procurar conversar com os donos e verificar se eles têm interesse em vendê-las, pois não podemos simplesmente desapropriá-las", declarou Coelho.

A *Agência Brasil* não conseguiu localizar os representantes das duas fazendas.

Organizado por Ernesto Germano